



A persistência fetichista da dignidade do trabalho em crise a partir da periferia do Jardim Ibirapuera

The fetishist persistent dignity of work in crisis from the periphery of the Jardim Ibirapuera

Daniel Manzione Giavarotti^a

Resumo

Este artigo busca apresentar as mudanças verificadas no exercício da mobilidade do trabalho dos membros de algumas famílias moradoras de uma periferia da metrópole de São Paulo, o Jardim Ibirapuera, bem como as transformações da própria experiência vicinal, a partir de uma discussão crítica em torno do trabalho, progressivamente incapaz de oferecer um horizonte de expectativas crescentes para a população trabalhadora, porque em crise.

Palavras-chave: periferia; modernização; crise do trabalho; dignidade; humilhação.

Abstract

This article seeks to present the changes in the practice of members of labor mobility of some families living in the periphery of the metropolis of São Paulo, Garden Ibirapuera, and the transformations of the very outer experience, from a critical discussion around the work progressively unable to offer a horizon of growing expectations for the working population, because in crisis.

Keywords: periphery; modernization; crisis of work; dignity; humiliation.

^a Doutorando, Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Departamento de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, São Paulo, SP, Brasil. Contato: manzione79@usp.br



Introdução

A paisagem não poderia deixar de ser diferente daquela que, sejam as próprias pessoas e famílias que moram nesses “territórios”, sejam aqueles e aquelas que os tem como objetos de pesquisa, já conhecem: moradias que se verticalizam, na parte mais urbanizada do loteamento ou mesmo nas favelas de seu entorno, chegando até seus cinco andares; meninos e meninas com mochilas nas costas indo ou voltando das escolas públicas próximas das casas onde vivem; garotos congregados em pequenos grupos nas ruas e esquinas como que não fazendo nada; os mais velhos tomando suas biritas nos bares que se mesclam às centenas de microempreendimentos; as pequenas igrejas evangélicas que se proliferam pelas ruas do bairro; os acanhados salões de beleza, as lojas de materiais de construção, os mercadinhos, a casa do norte, as organizações não-governamentais oferecendo “trabalho social à comunidade”; as ruas atulhadas de automóveis, parte deles equipados com vidros filmados e rodas prateadas, não raras as vezes infligindo a todos e todas ao seu redor escutar as músicas que tocam em seus potentes sistemas de som; moradores retornando ou indo para o trabalho, carregados pelas escassas linhas de ônibus que atendem o bairro; motocicletas que disputam os poucos espaços nas ruas com os carros, seja fazendo entregas, seja por pura diversão, seja para “darem fuga” dos policiais; rondas de viaturas pelas ruas e mais uma série de atributos que poderiam ser aqui arrolados à exaustão, que caracterizam a periferia do Jardim Ibirapuera e tantas outras que constituem a metrópole de São Paulo. São alguns aspectos que, se apenas observados em sua superfície e arrancados da totalidade social da qual são parte, nos oferecem elementos de uma experiência local que parece ganhar a dimensão de um modo de vida. Este que, todavia, desde quando Sader escreveu seu livro *Quando novos personagens entraram em cena* (SADER, 1995), se modificou extraordinariamente.

O que pretendemos neste artigo, em linhas muito gerais, considerando o curto espaço que temos, é apresentar criticamente o processo de modernização concernente aos pouco mais de cinquenta anos de existência do Jardim Ibirapuera, nos dedicando especialmente a discutir de que maneira os novos conteúdos sociais que aí emergiram, notadamente a partir do fim da década de 80, vinculam-se à própria crise do trabalho (cf. KURZ, 1993) ora em curso¹.

A modernização vivida a partir do Jardim Ibirapuera

Dentre as diversas mudanças que ocorreram no Jardim Ibirapuera desde 1964 até hoje, uma delas, apresentada de maneira apenas descritiva no início deste nosso artigo, foi a proliferação de atividades “produtivas” num loteamento que historicamente serviu fundamentalmente à reprodução das famílias trabalhadoras que ali se assentaram. Processo que sugere estarmos diante da formação de uma nova centralidade na metrópole de São Paulo que parece reconfigurar as noções de centro e periferia, uma vez que aquelas particularidades que caracterizavam esta última se apresentam materialmente superadas. Isto é, de um ponto de vista endógeno ao Jardim Ibirapuera, parece ser possível contar “sua” história de maneira a que os acontecimentos se sucedem numa progressão linear. Como numa linha do tempo, esta seria principiada pela compra a prestação de lotes nus pelas primeiras famílias migrantes; seguidas da dedicação à autoconstrução de suas moradias, simultaneamente à organização política local consubstanciada na criação da Associação dos Amigos de Bairro, que reivindicou o provisionamento de uma infraestrutura mínima ao loteamento, alcançando sua incorporação ao tecido urbano; tendo como desfecho o incremento de estabelecimentos comerciais nas próprias ruas do loteamento,

¹ O argumento geral aqui exposto resulta de nossa dissertação de mestrado *O jardim Ibirapuera, da imposição à crise do trabalho* (GIAVARETTI, 2012).

assim como em seus arredores, permitindo a seus moradores o acesso facilitado a uma série de serviços e mercadorias antes ausentes nesta localidade. Diante desta espécie de historiografia local o que parece sobressair é um sentido, como dizem seus próprios moradores, de “evolução do bairro”, como afirma um de nossos interlocutores:

Porque na verdade era interior aqui, aqui era interiorização mesmo [...] Nós hoje, graças a Deus, somos privilegiados porque aí você começa a olhar, lá depois do Jardim Ângela, aqueles outros lugar, você fala nossa meu... Mas a gente não lembra que a gente já foi assim, que a gente já foi dessa forma. Mas hoje, graças a Deus o progresso chegou pra nós, hoje a gente nem dorme, porque tem carro pra cima e pra baixo, final de semana aqui é terrível.

A narrativa histórica que se descortina nesse depoimento do filho de uma das primeiras famílias moradoras do Jardim Ibirapuera, explicita o movimento de um incremento material, sintetizado pelo uso extraordinário de automóveis, denotando um acréscimo de consumo por parte de seus moradores, bem como a urbanização do loteamento, que suplantou a sua condição “interiorana” pregressa, a qual ele identifica a novas periferias que foram se constituindo para além do Jardim Ibirapuera. E isto, não obstante o tom ambíguo com o qual ele se refere aos automóveis, uma vez que a extraordinária circulação dos mesmos no bairro também vem impedindo o descanso adequado de seus moradores.

Contudo, o esforço crítico de análise das mudanças ocorridas no Jardim Ibirapuera, assim como em outras periferias, não pode restringir-se a esta espécie de historiografia local, arrancada das relações que estabelece com os desdobramentos contraditórios da totalidade negativa da relação de capital em processo. Em outras palavras, se nossos interlocutores, do ponto de vista autonomizado do bairro, podem ser compreendidos pela categoria sociológica de moradores e nessa condição experimentam uma série de relações locais, assim podem porque também são (ou foram) identificados sociologicamente como trabalhadores, experimentando relações autonomizadas daquelas de caráter vicinal. A autonomização subjacente aqui entre esfera produtiva e reprodutiva, personificadas pelas categorias de morador e trabalhador, pode ser melhor precisada a partir de uma consideração sobre o conceito de mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977).

A força de trabalho, segundo Karl Marx em seu livro *O Capital – crítica da economia política* (MARX, 1985a), é elucidada como uma mercadoria particular que alguém submetido à expropriação, portanto tornado contraditoriamente livre, consagra-se proprietário. O sujeito proprietário da mercadoria força de trabalho (ou seja o trabalhador) se encontra desembaraçado para eleger como dispor e negociá-la com outros proprietários, estes dos meios de produção (empresários capitalistas), ao mesmo passo que se acha coagido à necessidade imperativa de aliená-la, isto é, trocá-la por dinheiro, neste caso na forma do salário. Negociação esta que, todavia, ocorre apenas por um tempo determinado pois se vende sua força de trabalho “[...] de uma vez por todas, então ele vende a si mesmo, transforma-se de homem livre em escravo, de possuidor de mercadoria em mercadoria [...]” (MARX, 1985a, p. 139). A mobilidade do trabalho, como formulada por Gaudemar (1977) residiria precisamente no acatamento à essa condição contraditória por parte dos trabalhadores, donde a troca entre tempo de trabalho e dinheiro se naturaliza e é por eles internalizada, não obstante a violência econômica implicada nesta relação. Daí que não interessa o conteúdo daquilo que fazem contanto que o “salário recebido em troca seja satisfatório” (GAUDEMAR, 1977)². Tal relação ganha contornos temporais e

² “[...] a força de trabalho deve ser móvel [...] quer dizer apta para as deslocções e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório. O dinheiro vem reforçar esta tendência e assim estimular a mobilidade da força de trabalho. Pouco importa o emprego, desde que o salário recebido em troca seja satisfatório [...]” (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

espaiais uma vez que o cotidiano destes proprietários se divide entre a jornada de trabalho e o tempo livre, espalhando-se portanto entre o espaço de trabalho e aquele da moradia, como momentos autonomizados um do outro, mediante os quais o trabalhador e sua capacidade de consumo proporcionada por seus rendimentos, figura como vinculação necessária.

A relação aqui exposta entre produção e reprodução foi confrontada, ao menos em âmbito acadêmico, em fins da década de 1960 pelos estudos de Ferro (2006) e Oliveira (2003), posteriormente retomada por Kowarick (1993) e Bonduki (2011), a partir de descobertas de campo acerca do processo de formação das periferias metropolitanas de São Paulo, em especial o conjunto de questões que envolviam o acesso à moradia por meio da autoconstrução (cf. OLIVEIRA, 2003, p. 130 – nota 8).

A reprodução dos primeiros moradores do Jardim Ibirapuera, migrantes tornados trabalhadores urbanos empregados pelo tímido parque industrial de Santo Amaro, não prescindiu de um processo de produção da própria periferia do Jardim Ibirapuera, promovida por estes mesmos trabalhadores e suas famílias, em seu suposto momento de descanso. Os salários destes trabalhadores foram trocados por lotes de terra de 250 m² (desprovidos de energia elétrica, saneamento básico, linhas de ônibus e asfaltamento) comprados a prestações, que compunham este loteamento recém-aberto nos arredores da cidade de São Paulo em metropolização. A compra de tais lotes nestas condições particulares impôs a estas famílias a necessidade de aquiescerem à autoconstrução³ de suas moradias, bem como à organização política para reivindicarem o provisionamento de infraestrutura ao loteamento, etc.. Portanto, o tempo destinado à reprodução deste contingente de trabalhadores assalariados correspondeu à produção da assim chamada periferia do Jardim Ibirapuera em condições particulares que não aquelas do assalariamento.

A adesão à autoconstrução, portanto, segundo a interpretação de Oliveira (2003), seria a expressão concreta da superexploração destes trabalhadores em âmbito produtivo, já que seus salários não alcançavam os custos de reprodução de suas forças de trabalho, em especial aqueles referidos à habitação. Tal estratégia de reprodução seria a prova cabal de que seus salários lhes impediam de participar como consumidores solventes do mercado imobiliário nas áreas centrais da cidade, seja como locadores ou compradores. Simultaneamente, na medida em que o acesso à habitação era solucionada por meio desta estratégia, identificada como trabalho não-pago pelo autor, este último acusava sua funcionalidade à acumulação dos capitais industriais, uma vez que o rebaixamento de tais salários permitiria o aumento concomitante das taxas de exploração destas forças de trabalho. Daí o autor afirmar que a “[...] expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 60)⁴.

Em fins da década de 1970 Kowarick retomará as questões sugeridas pelo autor, confirmando sua hipótese acerca da funcionalidade da autoconstrução para a acumulação do capital, mas aprofundando outros aspectos referidos à “modernização tardia” (OLIVEIRA, 2003, p. 67), em especial a relevância do exército industrial de reserva no rebaixamento dos salários. Para este autor, o impedimento à organização política da classe trabalhadora promovida pela ditadura civil-militar também teve importância fundamental no fato da “reprodução da força de trabalho se dar de maneira atrofiada” (MARX, 1985a, p. 250), descuidando, por outro lado, da pressão, em si, que a “superpopulação relativa” (MARX, 1985b, p. 206-212) manifesta como exército industrial

³ “[...] a característica básica [das casas autoconstruídas] é [de] serem edificadas sob gerência direta de seu proprietário e morador: este adquire ou ocupa o terreno; traça, sem apoio técnico, um esquema de construção; viabiliza a obtenção dos materiais; agencia a mão-de-obra, gratuita e/ou remunerada informalmente; e em seguida ergue a casa [...]” (BONDUKI, 2011, p. 281).

⁴ No caso, o moderno se caracterizaria pelo assalariamento em empresas, o que o autor define, a partir de uma determinada leitura de Marx, de uma relação “tipicamente capitalista”, enquanto a autoconstrução figuraria como uma relação “não-tipicamente capitalista”, uma vez que o trabalhador parecia se dedicar a um novo processo de trabalho objetivado na forma da casa, determinado pelo uso e não destinado à troca, e do qual não seria expropriado.

de reserva também exercia sobre as dificuldades de organização política dos trabalhadores. As primeiras famílias moradoras do Jardim Ibirapuera foram parte deste contingente migrante que chegou em São Paulo a partir de fins dos anos 50 em diante se deparou com os constrangimentos particulares desta modernização tardia, impelida a participar desta população trabalhadora que já se apresentava excedente com relação às necessidades do capital⁵. Ainda que, como já apresentamos, para Oliveira e Kowarick tal acréscimo populacional relativo, assim como a dedicação à autoconstrução, tinham funcionalidade para a acumulação do capital.

Portanto, a relação complementar e contraditória que uma sociedade devotada à produção de mercadorias estabelece entre a esfera produtiva e aquela reprodutiva nos impõe discutir os desdobramentos que aparecem endogenamente ao Jardim Ibirapuera como momento das alterações que ocorrem em âmbito produtivo. Em outras palavras, a condição de primeiros moradores (coincidente àquela de produtores do Jardim Ibirapuera) esteve vinculada à sua incorporação como trabalhadores superexplorados, donde a reprodução atrofiada de suas forças de trabalho manifesta pelos salários por eles recebidos, aflora, na superfície do mercado, como elo fetichista de dois momentos constitutivos da reprodução social total, embora autonomizados. Em um nível mais profundo, porque da porta para dentro das empresas, estes trabalhadores foram majoritariamente incorporados como produtores de mais-valia. Daí que os pouco mais de cinquenta anos que envolvem a história do Jardim Ibirapuera deve ser agora considerada do ponto de vista da modernização dos processos produtivos aos quais estas forças de trabalho se encontraram e se encontram contraditoriamente em relação, porque submetidas à mobilidade do trabalho, nos permitindo lidar com a aparência material, assim como a experiência reprodutiva do Jardim Ibirapuera, de maneira contraditória e não mais de modo linearmente evolutivo.

Tal problemática pode ser abordada a partir do capítulo XXIII d'O Capital (MARX, 1985b) *A lei geral da acumulação capitalista*, no qual Marx empreende uma análise acerca dos desdobramentos lógicos do processo de acumulação do capital sobre os elementos que o compõem. Marx inicia o capítulo pressupondo constante a composição orgânica do capital, donde deriva a hipótese que “[...] crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho [...]” (MARX, 1985b, p. 187). Ou seja, considera um processo de acumulação no qual inexistente desenvolvimento das forças produtivas, o que resulta na incorporação sempre aumentada de forças de trabalho ao processo produtivo, resultante de sua acumulação. Neste caso, a reprodução ampliada do capital é similar à ampliação de forças de trabalho necessárias ao seu incremento, portanto aqui “[...] acumulação do capital é [...] multiplicação do proletariado [...]” (MARX, 1985b, p. 188). Entretanto, os imperativos da concorrência, impondo aos capitais particulares a necessidade de aumento da produtividade do trabalho, engendra concomitante ao aumento absoluto do proletariado, sua queda relativa no processo produtivo. Em seus próprios termos “[...] o progresso da acumulação diminui a grandeza relativa da parte variável do capital, [mas] não exclui, com isso, de modo algum, o crescimento de sua grandeza absoluta [...]” (MARX, 1985b, p. 195). Ou seja, o processo de acumulação do capital comporta dois movimentos simultâneos e contraditórios: incremento absoluto do proletariado e diminuição relativa do mesmo diante do incremento da produtividade do trabalho. Isto é,

[...] com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa (MARX, 1985b, p. 200).

⁵ “[...] a qualidade de necessitado do trabalhador decorre do fato de ele depender sempre da necessidade que o capitalista – que o emprega – tem de seu trabalho [...]” (DAMIANI, 2011, p. 16-17).



Diante desta brevíssima apresentação dos desdobramentos lógicos da reprodução do capital sobre a população trabalhadora, se delineia um movimento lógico-histórico que nos oferecerem pistas que parecem desmentir a experiência evolutiva do Jardim Ibirapuera e notadamente de suas famílias moradoras. Se, enquanto moradores, nossos interlocutores, residentes mais antigos no Jardim Ibirapuera, fazem questão de reiterar o sentido de “evolução” do bairro, enquanto trabalhadores o aumento progressivo da produtividade social do trabalho promovida pela modernização ocorrida nestas últimas décadas veio gradativamente lhes tornando elementos redundantes da reprodução social. Se Kowarick, em fins da década de 1970, já acusava a presença de um exército industrial de reserva a constranger a reprodução da população trabalhadora, dentro e fora das empresas, a crescente redundância relativa dos trabalhadores agora vem produzindo novos conteúdos sociais no próprio bairro e, quiçá, deslocando os próprios termos da relação que a periferia do Jardim Ibirapuera estabeleceu com a centralidade da reprodução do capital.

Portanto, num primeiro momento, podemos formular que a linearidade aparentemente evolutiva do bairro, porque crescentemente equipado e inundado por mercadorias, é essencialmente contraditória pois resulta de uma ruptura de grande envergadura nos termos da reprodução do capital⁶. É possível apurarmos esse argumento, a partir de uma ponderação das particularidades qualitativas de uma parte dos microempreendimentos presentes contemporaneamente no Jardim Ibirapuera e suas imediações e que, como afirmamos anteriormente, aparecem como o corolário de seu sentido evolutivo.

A ruptura anunciada acima pode ser explorada, à escala do bairro, a partir de um corte geracional, considerando o simples fato de que dentre as estratégias de trabalho que vieram se tornando uma realidade plausível aos/às filhos/as dos primeiros moradores do Jardim Ibirapuera, mas não só restrito a eles, tornar-se o assim chamado microempreendedor, foi e parece ser cada vez mais, uma delas. O corte geracional das famílias moradoras do Jardim Ibirapuera nos oferece uma entrada interessante para pensar no problema apresentado, na medida em que ilumina o outro momento da reprodução do capital, qual seja, aquele referido à reposição das forças de trabalho que foram retiradas de circulação pela aposentadoria, enfermidade, encarceramento ou morte. Uma parte desta reposição de forças de trabalho no mercado será garantida pelos filhos e netos destas primeiras famílias moradoras, ainda que as condições encontradas por estes para levarem à cabo seu exercício de mobilidade do trabalho sejam distintas daquelas experimentadas pelos seus pais.

Apesar do esforço de Oliveira (2003) em reconhecer e criticar a prática da autoconstrução enquanto sobretrabalho, há uma passagem em seu argumento que, não obstante a irrelevância com que foi tratada pelo autor, adquiriu historicamente notável centralidade diante dos desdobramentos da reprodução da população trabalhadora moradora destas periferias: nos referimos aqui à “propriedade” da terra envolta no processo de formação do Jardim Ibirapuera e centenas de outras periferias. Ainda que historicamente tal acesso estivesse enredado por uma miríade de dificuldades para aqueles migrantes recém-chegados, autoconstrutores destas periferias, o “trabalho”⁷ pretérito objetivado nestas moradias, em lotes de 250 m², vem funcionando como uma garantia de reprodução para seus filhos e/ou netos. Dito de outra forma, a poupança familiar, reificada sob a forma da “propriedade” da terra e da moradia, vem sendo mobilizada pelos filhos/filhas destas famílias, seja para que cômodos das mesmas possam ser transformadas em pequenos negócios empreendidos pelos próprios descendentes; seja

⁶ Kurz delimita tal ruptura a partir da racionalização dos processos produtivos possibilitada pelo advento da microeletrônica, a partir de meados da década de 1970 (cf. KURZ, 2004).

⁷ Utilizamos trabalho aqui entre aspas pois problematizamos a compreensão de Oliveira da autoconstrução enquanto trabalho não-pago por meio de uma ponderação sobre a família e a cisão (SCHOLZ, 2000) o que, todavia, não cabe no escopo deste artigo.

para abrigar os novos casais gerados pelas famílias, em seu começo de vida; seja para abrigar por tempo indeterminado os filhos com cada vez maiores dificuldades de acessarem moradia; ou que ainda sejam negociados com outros moradores interessados em empreender um pequeno negócio, etc. Isto é, aquele trabalho não-pago efetivamente não “desapropriado pelo setor privado de produção” (OLIVEIRA, 2003, p. 59), tornado poupança sob a forma objetivada da habitação (mesmo que muitas vezes precária), vem sendo mobilizada pelas novas gerações de trabalhadores, naturais de São Paulo ou migrantes, para amparar uma série de estratégias de reprodução, imediatamente monetarizadas ou não, que vem estabelecendo novas experiências vicinais no Jardim Ibirapuera e suas adjacências, assim como colocando questões centrais para repensarmos os termos da crítica ao capital contemporaneamente.

A chance de contar com a relativa estabilidade de que uma parte fundamental dos custos de reprodução desta nova geração de trabalhadores já se encontra minimamente garantida pelo “trabalho” pretérito de seus pais, não sem conflitos com estes é claro, também se desdobra na possibilidade de que os rendimentos auferidos no mercado por meio de trabalhos temporários, “virações” diversas, rescisões de contrato ou mesmo num trabalho formalizado, não precisem ser imediatamente objetivados na constituição de suas condições mínimas de reprodução num contexto metropolitano como o de São Paulo, ainda que isso possa ser algo almejado pelos filhos e/ou netos. Em outras palavras, as pequenas poupanças que os filhos conseguem formar vêm lhes oferecendo outras frentes de “investimento”, inclusive aquelas que envolvem a criação dos assim chamados microempreendimentos. Por outro lado, o projeto de independência com relação aos pais, consubstanciada num matrimônio e posterior saída da casa dos mesmos, se encontra constrangido pelo fato de que, não obstante a relativa desobrigação que os rendimentos obtidos estabelecem com seus custos de reprodução imediatos, aqueles tendem a se tornar continuamente decrescentes com relação ao preço da terra e/ou moradia num loteamento urbanizado e densamente ocupado como o Jardim Ibirapuera.

O que está aqui em jogo é expressão de uma dinâmica contraditória que foi se estabelecendo no processo de metropolização de São Paulo (que inclui a formação e reprodução do loteamento periférico do Jardim Ibirapuera), simultaneamente aos desdobramentos da “modernização retardatária” (KURZ, 1993), entre as categorias de terra, trabalho e capital. Se, como já apresentamos resumidamente, a lei geral da acumulação capitalista opera continuamente o incremento relativo de forças de trabalho disponíveis no mercado, já que a contínua modernização dos processos produtivos impelida pela concorrência vem provocando a crescente expulsão dos trabalhadores de tais processos, tal desdobramento repercute fortemente na regulação da oferta e demanda de trabalho. Por um lado o aumento da oferta de trabalhadores leva ao recrudescimento da concorrência entre os próprios trabalhadores, dada a crescente desproporção que aquela estabelece com a demanda social média; por outro, tal acréscimo também vai tendencialmente diminuindo o preço que estes milhões de trabalhadores conseguem obter pela venda de suas forças de trabalho. Este processo também ganha contornos importantes se observarmos a relação que a produção da redundância relativa de trabalhadores estabelece com a demanda por terra na metrópole de São Paulo.

Para tal, basta pensarmos nas condições particulares que fizeram com que migrantes recém-chegados em São Paulo, com seus parcos salários de trabalhadores superexplorados da indústria automobilística e ramos conexos, pudessem comprar lotes de 250 m² à prestação nos arredores da cidade em metropolização. É claro, estamos nos referindo aqui, como já afirmamos acima, a terras sem qualquer infraestrutura, o que, todavia, não parece invalidar o argumento aqui apresentado. De nossa perspectiva, concorreram para as condições particulares de formação do Jardim Ibirapuera uma demanda relativamente pequena por terra diante de uma relativa abundância de sua oferta, assim como o caráter de formação de uma fronteira urbana implicada na constituição deste loteamento, onde os primeiros moradores



parecem figurar como pioneiros da mesma, movendo o prenúncio da transformação da terra rural em terra urbana. Contudo, o incremento populacional relativo ocorrido desde então veio paulatinamente aumentando a pressão sobre a terra, acarretando uma inversão na relação entre oferta e demanda. Somou-se a isso ainda a centralidade relativa que o próprio Jardim Ibirapuera veio adquirindo no tecido urbano, responsável por um aumento do preço da terra e dos imóveis, enquanto manifestação da passagem da renda de monopólio para a renda diferencial. Por fim, concorreu para tal recrudescimento o simultâneo empobrecimento do conjunto dos trabalhadores que, disponíveis num mercado cada vez mais acirrado, foram encontrando crescentes dificuldades para se realizarem como consumidores solventes de terra e/ou imóveis. Foi por esse caminho que buscamos delinear a relação entre reprodução crítica da população trabalhadora, porque fetichistamente redundante, e as alterações nas estratégias de acesso a terra e imóveis no entorno do Jardim Ibirapuera, incluídas aí a formação de três favelas que lhes são limítrofes: Pinhal Velho, Felicidade e Erundina, todas elas resultantes de ocupações, a primeira em área de uso público do próprio loteamento e as duas últimas em terreno de propriedade da Eletropaulo, antiga Light and Power⁸, não obstante a particularidade do processo de formação de cada uma destas favelas.

O espelho invertido desta forma de apropriação crescentemente precarizada de terra e imóveis consubstanciada na formação destas favelas, reside, como já sugerimos acima, na manutenção de filhos, netos ou outros familiares (muitas vezes com suas respectivas famílias já formadas) nas antigas moradias das primeiras famílias do Jardim Ibirapuera, tornando-se paulatinamente verticalizadas para oferecer as condições de abrigá-los. Prática que, por outro lado, não se restringe às moradias localizadas no loteamento do Jardim Ibirapuera, espalhando-se simultaneamente às favelas, que hoje contam com moradias de até cinco andares. Entretanto, não podemos deixar de considerar que a presença de uma população trabalhadora precariamente solvente, porque prescindível ao capital, não deixou de movimentar um mercado informal de negócios com terra e imóveis promovidos entre moradores das favelas do entorno e aqueles do Jardim Ibirapuera, mas não só, no qual as poupanças dos filhos encerram papel importante a ser tematizado, o que não cabe no escopo deste trabalho. Nesse sentido, olhar para a trajetória dos filhos das primeiras famílias moradoras do Jardim Ibirapuera nos ajuda a compreender de que maneira sua aparência de bairro evoluído demarca a própria ruptura histórica nos termos da reprodução do capital que mencionamos acima.

A superação negativa do trabalho assalariado

Do ponto de vista de nossos interlocutores a possibilidade crítica de tornarem-se os assim chamados microempreendedores lhes aparece como uma superação das condições de trabalho na qual viveram seus pais, como trabalhadores assalariados sujeitados às humilhações impostas pelo capital, mas personificadas pelos proprietários dos meios de produção. Gozam de certa independência com relação ao emprego fixo, às jornadas de trabalho pré-estabelecidas, à heteronomia e exploração de suas forças de trabalho consubstanciadas no assalariamento, subjetivando uma espécie de ascensão social. Nos termos de um de nossos entrevistados, sócio de um restaurante junto com seu irmão, filhos de um metalúrgico aposentado, agora trabalham para si e suas famílias e não mais para um patrão. Tal superação, no entanto, é vivida contraditoriamente, pois também se queixam das adversidades que vivem nestas condições, uma vez que tal superação não os livra da necessidade de se reproduzirem por meio do dinheiro e do trabalho, já que tais microempreendimentos territorialmente circunscritos se encontram

⁸ Até onde pudemos saber a apropriação destas terras pela Light and Power remontam à enchente promovida pela própria empresa no ano de 1929 (cf. SEABRA, 1987).



enredados na produção mundial de mercadorias. Ainda que, diferentemente de seu pai, são incorporados à reprodução do capital não mais como produtores de mais-valia, o que é um aspecto central para o aprofundamento da discussão sobre a crise do trabalho e a reprodução contemporânea das periferias metropolitanas.

Já do ponto de vista da reprodução do capital, o desenvolvimento das forças produtivas que vem acarretando a expulsão de trabalhadores dos processos produtivos também vem, simultaneamente, diminuindo crescentemente o tempo socialmente necessário à produção de mercadorias. De maneira sintética, o desenvolvimento tecnológico vem aumentando extraordinariamente a quantidade de mercadorias produzidas numa mesma jornada de trabalho, por exemplo, de oito horas, o que significa que relativamente, cada mercadoria produzida resulta da objetivação fantasmagórica (cf. MARX, 1985a, p. 71) de um tempo cada vez mais ínfimo⁹. Considerando que, segundo Marx, valor é uma objetividade fantasmagórica medida em tempo (horas, minutos, segundos), é possível inferir de que o curso contemporâneo da reprodução do capital vem diminuindo drasticamente, em todos os setores da produção de mercadorias, o valor das mesmas. Articulando as pontas aparentemente desconexas de nosso argumento, a contínua modernização dos processos produtivos vem, por um lado, expulsando trabalho vivo dos processos produtivos, ao mesmo passo que aumenta exponencialmente a quantidade de mercadorias produzidas e uma diminuição drástica de seus respectivos valores¹⁰.

A dinâmica exposta acima, ao concorrer para a diminuição relativa do valor coagulado em cada mercadoria, coloca problemas para a própria reprodução do capital, pois impele os capitalistas a inundar o mercado com suas mercadorias tendo em vista compensar a queda relativa dos valores provocada pelo aumento da produtividade do trabalho¹¹. Em outras palavras, torna-se imperativo conquistar novos mercados, ou seja, novos consumidores. Diante desse quadro é possível vislumbrar a importância que os microempreendimentos adquirem na reprodução deste circuito: para os moradores do Jardim Ibirapuera realizarem-se como empresários de si próprios torna-se fundamental ter o que vender, necessidade suprida pela imensa oferta de mercadorias produzidas por capitais altamente produtivos. Nesse sentido, se a redundância relativa coloca para estes moradores a necessidade de se tornarem empresários de si próprios, é a superprodução de mercadorias que oferece a oportunidade concreta de assim se realizarem¹².

Mas para além da maneira como a superprodução de mercadorias oferece as condições fantasmagoricamente objetivas para a criação e reprodução de alguns microempreendimentos no Jardim Ibirapuera interessa explicitar que aí reside também parte do segredo relativo ao consumo extraordinário de mercadorias de diversos tipos que, tanto as famílias moradoras do Jardim Ibirapuera, como aquelas das favelas e loteamentos adjacentes, veio adquirindo nos últimos tempos. Este processo contraditório elucida, até certo ponto, o aparente disparate cotidiano de famílias vivendo em moradias precárias, senão precaríssimas, nas favelas, equipadas com televisores de plasma, celulares de última geração, automóveis, motocicletas, tênis e roupas de marca, etc. Dissemos até certo ponto, pois na ponta do consumo destas mercadorias encontra-se o crédito, que também deita suas raízes no incremento extraordinário da produtividade do

⁹ A sede da fábrica da Hyundai, localizada na Coréia do Sul, produz um automóvel a cada dez segundos, chegando à média de até seis mil carros por dia (DELIBERATO, 2005).

¹⁰ Tal diminuição dos valores (essência) não tem correspondência imediata com os preços (aparência). Para uma discussão sucinta sobre o problema da transformação dos valores em preços em Marx conferir o item Especificidade histórica: valor e preço (POSTONE, 2014, p. 154-169).

¹¹ Isto é o que explica, em parte, a assim chamada desindustrialização brasileira ocorrida a partir da década de 1990, uma vez que as políticas neoliberais implementadas naquele momento derrubaram as barreiras protecionistas, levando à bancarrota uma série de indústrias incapazes de alcançar a média social mundial de produtividade do trabalho.

¹² Isso é o que revela, em grande parte, a expansão extraordinária dos assim chamados mercados informais, ilegais ou ilícitos, ainda que nem todas as mercadorias consumidas pelos moradores do Jardim Ibirapuera e suas imediações sejam fornecidas pelos microempreendimentos criados por seus moradores.



trabalho e superprodução de mercadorias. Ou seja, a assim chamada inclusão financeira não pode ser pensada apenas como resultado de um voluntarismo político, mas deve ser articulada à superprodução de mercadorias, como momento necessário desta última, que ocorre “por trás das costas dos produtores” (MARX, 1985a, p. 52) impondo socialmente a necessidade de disponibilização de crédito.

Se de um lado, portanto, temos um incremento de microempreendimentos no Jardim Ibirapuera e imediações, dedicados estritamente a vender mercadorias, entabulado por uma parte de seus próprios moradores, assim como um aumento inacreditável de seu consumo atrelado à inclusão financeira dos últimos anos, de outro, a contínua modernização dos processos produtivos tem trazido consigo desdobramentos que poderíamos chamar propriamente de trágicos, se é que os apresentados até aqui já não figuram como tais.

Neste particular nos parece possível incluir a presença de uma organização não governamental, criada em 2003 por iniciativa do filho de uma das primeiras famílias moradoras do Jardim Ibirapuera, junto à sua esposa, como uma forma particular de confluência entre o corte geracional até agora discutido e a emergência do empresariamento de si próprio, enquanto exercício da mobilidade do trabalho. A particularidade de tal convergência residiria numa prática que não poderia ser enquadrada exatamente na categoria de microempreendimento, não obstante a necessidade de reprodução desta organização se ancorar na disputa de editais oferecidos no mercado, isto é, na possibilidade da venda de seus projetos e os resultados “sociais” que buscam oferecer. O que significa que, embora tal iniciativa tenha como finalidade uma transformação no bairro e na vida de seus moradores, seu *modus operandi* não pode prescindir de uma vinculação necessária com um circuito de financiamentos, públicos e/ou privados, que lhes garanta reproduzirem-se enquanto organização, impingindo-lhes realizarem-se como trabalho, não obstante a alcunha de “social”. Não é à toa que nosso interlocutor, ex-metalúrgico, tenha nos apresentado sua escolha como uma “oportunidade de trabalho”, afirmando ter feito “essa transição pensando enquanto mercado de trabalho”.

Se, do ponto de vista de seus fundadores, a criação desta organização ganha os contornos de uma opção de trabalho que responde às vicissitudes na mobilidade do trabalho determinada pela reprodução contemporânea do capital¹³, esta iniciativa também se articula à obsolescência da própria Associação dos Amigos de Bairro do Jardim Ibirapuera naquilo que foram seus designios durante o processo de urbanização do loteamento e sua definitiva incorporação ao tecido urbano. Neste particular, a consolidação do mesmo ao tecido urbano tornou a associação paulatinamente obsoleta, uma vez que tais reivindicações, não sem dificuldades e limites, foram satisfeitas. Por outro lado, as transformações sociais desencadeadas a partir da incessante modernização dos processos produtivos e as respectivas alterações no exercício da mobilidade do trabalho da população trabalhadora, foram promovendo novos, por assim dizer, problemas sociais, personificados pelas novas gerações de moradores que a associação não foi capaz de atender. Em outras palavras, se no processo de metropolização de São Paulo, periferia foi, em seu polo negativo, sinônimo de superexploração, autoconstrução, exército industrial de reserva, políticas habitacionais insuficientes, modernização conservadora, vedação à participação da classe trabalhadora nos rumos da política promovida pelo regime militar, hoje estes atributos não parecem mais condizer com o que socialmente se entende por periferia. A esta parece ser muito mais fácil colar atributos como aquele da criminalidade, tráfico de drogas, alcoolismo, juventude sem expectativas de futuro, desemprego, consumismo, etc.. Ou seja, observa-se um deslocamento fundamental nas questões sociais que envolvem contemporaneamente

¹³ Esta forma de reprodução das organizações sociais deita suas raízes também no processo de “financeirização” apontado acima, uma vez que os financiamentos de tais iniciativas respondem à necessidade fetichista de investir capital monetário ocioso na reprodução social, ainda que esses investimentos não respondam à capacidade de valorização que tais iniciativas oferecem, mas precisamente na de contenção das consequências catastróficas da crise do trabalho que podem proporcionar localmente.

a reprodução destas periferias, estreitamente vinculados ao aprofundamento da crise do trabalho e à prescindibilidade relativa dos corpos trabalhadores para a reprodução do capital, exigindo estratégias de atuação social que os integrantes da antiga associação amigos de bairro pareciam desconhecer, sendo substituída por procedimentos organizacionais mais da ordem da gestão do que propriamente da política local. O que queremos sugerir é que, em certa medida, independentemente da atividade oferecida pela organização, é sabido por seus coordenadores e oficineiros que estas compõem um rol de estratégias voltadas à “administração das urgências” (TELLES, 2007). No limite, a conter a possibilidade de que aqueles e aquelas que usufruem de suas atividades venham a se envolver no assim chamado “mundo do crime”, opção de acesso a dinheiro que se generalizou nas últimas décadas diante do rebaixamento do horizonte das expectativas com relação ao mundo do trabalho (cf. ARANTES, 2014)¹⁴. Ou, pelo contrário, que saiam dele e descubram outras oportunidades de trabalho. O que não significa que tal objetivo seja manifesto sendo, pelo contrário, uma espécie de consenso ocultado pelos objetivos explicitados em seus projetos, ainda que o reconhecimento da dimensão que o mundo da criminalidade adquiriu nos últimos tempos no cotidiano do Jardim Ibirapuera, mas não só, não deixe de ser algo tematizado. Nesse sentido é possível dizer que há em curso uma espécie de disputa pela juventude moradora do Jardim Ibirapuera e suas adjacências que se encontra no fio da navalha entre, de um lado, o mundo letal do crime e do tráfico de drogas e, de outro, o nada promissor mundo do trabalho¹⁵. Nesse sentido é que achamos possível designar o tipo de atuação social movida por essa organização como uma forma particular de gestão populacional deste contingente que, não sendo propriamente desempregado, já se tornou prescindível ao capital e sua dinâmica de aparente valorização, mesmo quando promovem ações importantes em escala local, majoritariamente de caráter educativo e cultural.

Desdobrando esse problema, mas observando-o à escala nacional, assim como o polo imediatamente trágico deste *modus operandi*, não nos parece mera casualidade a adoção do encarceramento em massa como política de gestão populacional, onde o Estado de São Paulo tinha sob seu auspício 36% do montante da população carcerária brasileira, resultante de um incremento de 471% ocorrido entre 1990 e 2011 (cf. RADBRUCH, 2010) que não tem como correspondente um aumento populacional da mesma dimensão, como poderia se fazer crer teorias malthusianas acerca da relação entre população e recursos. Pelo contrário, reside precisamente no processo de reprodução do capital que engendra, por sua própria dinâmica contraditória e crítica, como já afirmamos antes, uma população fetichistamente sobranter. No entanto, uma ressalva aqui se faz necessária, pois, se do ponto de vista dos proprietários das forças de trabalho, o recrudescimento da concorrência colocaria a todos igualmente sujeitos às mesmas violências decorrentes desse processo, faz-se necessário considerar que há clivagem de raça na gestão prisional destes corpos. Clivagem que, por um lado, parece sugerir a presença de ecos do passado escravista no momento contemporâneo, mas que por outro, sob a ótica da evidente ruptura que viemos apresentando, contem alterações importantes de serem investigadas, o que não pretendemos fazer aqui. O mesmo tipo de clivagem pode ser verificada quando nos detemos naquilo que alguns movimentos sociais vem denunciando como o genocídio da população jovem e negra da periferia e que, sem desconsiderar as particularidades desta prática, parece condizer com o sentido geral que viemos sugerindo até aqui, de gestão populacional¹⁶.

¹⁴ Aqui apenas aludimos ao abastecimento de forças de trabalho para tal empreendimento, e não o circuito que envolve as mercadorias por eles comercializadas.

¹⁵ A compreensão de tal descompasso aqui enunciado, todavia, não deve ser buscada numa suposta leviandade por parte daqueles que participam da organização, mas, como dissemos acima, na relação entre espaço de experiência e horizonte de expectativas (ARANTES, 2014) determinado pela própria crise do trabalho em contínuo aprofundamento.

¹⁶ Se historicamente a concorrência sempre pressupôs a possibilidade de uma morte social a todos aqueles sujeitos à “coação muda” da concorrência, uma vez que perder um emprego, falir, migrar, provoca fortes rupturas nas relações sociais vividas, não nos parece exagero sugerir que tanto o encarceramento quanto o genocídio parecem estar operando como sua nova forma de ser, ao menos para a parcela negra da população trabalhadora.

O que nos interessa apontar aqui é a mudança fundamental do sentido da atuação estatal diante de um processo histórico que não parece mais conseguir acenar com promessas inclusivas de futuro, especialmente aquele tipo de inclusão necessária para a contínua reprodução do capital, o trabalho produtivo¹⁷. É por isto que a administração de urgências não se encontra restrita apenas ao âmbito de atuação ongueira presente no Jardim Ibirapuera e tantas outras periferias metropolitanas, mas conforma o próprio *modus operandi* do Estado e da política, naquilo que Kurz designou como “Estado administrador de crises” (cf. KURZ, 1993).

Contraditoriamente, o processo em curso de destituição da própria classe trabalhadora, pois deslocada fundamentalmente de seu lugar estratégico na produção de mercadorias, se desdobra numa espécie de hipertrofia da esfera política. A hipótese aqui é que a política institucional, diante deste quadro crítico, veio se tornando a única forma possível dos sujeitos sociais incidirem na reprodução social contemporânea. Isto já pode ser identificado em Sader, quando identifica em fins da década de 1980 o deslocamento das formas de organização dos trabalhadores para a esfera da reprodução¹⁸. Para o autor interessava como aquele modo de vida, apontado no início deste artigo, autonomizado da esfera produtiva, foi capaz de forjar uma experiência política promissora, no caso o processo de redemocratização brasileiro e não por coincidência será neste ano que Oliveira publicará o artigo *O surgimento do antivalor – Capital, força de trabalho e fundo público* (OLIVEIRA, 1998). O argumento de cada um dos textos revela precisamente a centralidade que a constituição de uma “esfera pública” referida ao fundo público e mediada a partir de “regras universais e pactadas” adquiriu como forma de reprodução total da sociedade, ainda que Sader estivesse preocupado com os agenciamentos políticos dos trabalhadores e Oliveira para a forma contemporânea da reprodução do capital. Para este último, tal fundo haveria se tornado “um pressuposto” da acumulação de capital e, por outro lado, da reprodução do força de trabalho “[...] atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais [...]” (OLIVEIRA, 1998, p. 20). Nesse sentido, a esfera pública emergiu como arena por excelência da luta de classes, uma vez que a fábrica não era mais capaz de sê-la.

Entretanto, nos 28 anos que demarcam a redemocratização brasileira até hoje, a contínua marcha da tautológica valorização do valor passou uma rasteira, novamente às costas dos sujeitos, nas próprias expectativas políticas sinalizadas por esse autores, colocando a “[...] revolução copernicana nos fundamentos da categoria do valor [...]” (OLIVEIRA, 1998, p. 27), com o sinal invertido, pois determinada pelos imperativos da administração da crise e dos problemas sociais promovidos pela categoria do trabalho, fundamento do valor, em crise. Isto é, o horizonte decrescente de expectativas não só atinge a população trabalhadora, mas simultaneamente a política, tornada mera gestão operacionalizada por procedimentos de exceção¹⁹.

Conclusão

Voltando à escala do bairro, o que se entrevê a partir do exposto até aqui é uma alteração considerável na forma da reprodução contemporânea da periferia do Jardim Ibirapuera, na qual o tempo de trabalho imiscuiu-se definitivamente na experiência vicinal de suas famílias moradoras.

¹⁷ Não cabe neste artigo discutir o problema do trabalho produtivo e improdutivo, tão caro ao marxismo. Fica, todavia, apontada sua relevância para uma discussão consequente sobre a crise do trabalho.

¹⁸ O maior mérito de Sader foi reconhecer como o modo de vida destes trabalhadores e suas famílias foi parte essencial da própria auto-organização dos trabalhadores, entretanto as reivindicações que nasciam dali necessitavam ganhar a forma do direito para se realizarem enquanto tal, por isso afirmamos que a política estatal é central em seu argumento.

¹⁹ A despeito da perspectiva teórica distinta tal virada histórica fica muito evidente nesta passagem: “Nos anos 1980, como tantos outros leitores de Hannah Arendt e Claude Lefort, estávamos investidos das promessas democráticas que os tempos nos abriam, tratávamos de prospectar a força mobilizadora da ‘linguagem dos direitos’ e de trabalhar os sinais de sua potência histórica percebida nos termos de uma sempre renovada ‘invenção democrática’, para lembrar aqui o título do então famoso (e hoje esquecido) livro de Lefort, um livro que marcou época e deu a pauta para boa parte dos debates que se seguiram naqueles anos. Pois bem, vinte anos depois, ao que parece, no lugar de Claude Lefort, Giorgio Agambem [...] Estado de exceção e vida nua são noções que compõem um espaço conceitual que circunscreve outra ordem de problemas [...]” (TELLES, 2007, p. 200).



Em outras palavras, aquilo que foi historicamente um lugar destinado à reprodução das famílias trabalhadoras que lá se instalaram, apesar da necessidade de dedicação à autoconstrução de suas moradias, veio se tornando um bairro que paulatinamente incorpora uma miríade de trabalhos particulares que transcendem aqueles discutidos aqui. A relação estrita entre um tempo de trabalho que se realizaria exogenamente ao cotidiano vicinal do Jardim Ibirapuera, enquanto neste estariam reunidas apenas atividades de caráter reprodutivo parece se esboroar, mesmo havendo um contingente relevante de moradores que ainda trabalham fora do bairro, inclusive como assalariados. Tal mudança, à escala do bairro, como já foi por nós afirmado, respondeu historicamente à própria crise do trabalho proporcionada pelos desdobramentos contraditórios da reprodução do capital. Entretanto, a contraditoriedade do processo residiria precisamente no fato de, ao mesmo tempo que a expansão de atividades “produtivas” no Jardim Ibirapuera, assim como o esboroamento da clara distinção entre tempo de trabalho e tempo livre, e a contínua colonização do segundo pelo primeiro, afirme cotidianamente que nunca se trabalhou tanto como hoje, tal expansão, para ser compreendida de maneira consequente, deve ser analisada sob o pano de fundo do desenvolvimento das forças produtivas levado ao paroxismo. Em outras palavras, como desdobramento fenomênico resultante da crise do trabalho em curso e não de seu suposto fim. Nesse sentido, se faz não só possível, mas necessário, remeter uma questão que nos parece de fundamental importância para darmos um passo indispensável em direção à uma tematização crítica acerca da reprodução contemporânea da população trabalhadora e do capital. Qual o sentido da manutenção do trabalho e da troca de tempos de trabalho como forma de acessar dinheiro e mercadorias numa sociedade que suprimiu sua própria necessidade social para reproduzir-se, movido pelos próprios desdobramentos contraditórios do capital em contínua reprodução crítica? Se é verdade, como afirma Oliveira (2006), que o trabalho do ambulante que vende refrigerante na porta dos estádios de futebol em dia de jogo, assim como o trabalho do dono de um bar do próprio Jardim Ibirapuera, concorrem para realizar a mais-valia fantasmagoricamente objetivada naquela mercadoria, tal prática também comprova a completa prescindibilidade destes milhares (ou milhões) de trabalhadores empresários de si próprios para a produção do refrigerante e da mais-valia. E não somente do refrigerante, mas da imensa coleção de mercadorias que permanecem mediando relações sociais em crise. Por outro lado, a comprovação supostamente objetiva da desnecessidade social de se realizar como trabalhador não pode ser descolada da simultânea necessidade fetichista de sê-lo, na medida em que o ditado “quem não trabalha não come” permanece como pressuposto naturalizado desta sociabilidade em crise. É por isso que para participar desta comunidade, cada vez mais fictícia, de produtores, se faz necessária um boa dose auto “humilhação secundária” (HEIDEMANN, 2004), ainda que esta seja ostentada como dignidade.

Referências

ARANTES, P. *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

DAMIANI, A. L. *Geografia e população*. São Paulo: Contexto, 2011.

DELIBERATO, A. Maior fábrica do mundo faz um carro a cada 10 s; conheça o Top 10. *UOL Carros*, São Paulo, 2 maio 2005. Disponível em: <<http://carros.uol.com.br/noticias/redacao/2015/02/05/maior-fabrica-do-mundo-faz-um-carro-a-cada-10-s-conheca-o-top-10.htm>>. Acesso: 23 dez. 2015.



- FERRO, S. A produção da casa no Brasil. In: ARANTES, P. F. (Org.). *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: CosacNaify, 2006.
- GAUDEMAR, J. P. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- GIAVAROTTI, D. M. *O jardim Ibirapuera, da imposição à crise do trabalho*. 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)–Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- HEIDEMANN, H. D. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: PÓVOA NETO, H. (Org.). *Migrações: discriminação e alternativas*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- KURZ, R. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- KURZ, R. *Com todo valor ao colapso*. Juiz de Fora: UFJF; Rio de Janeiro: Pazulin, 2004.
- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro I, tomo I. (Os Economistas, I).
- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985b. Livro I, tomo II. (Os Economistas, I).
- OLIVEIRA, F. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. In: OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, F. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos Estudos: CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 67-85, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002006000100005>.
- POSTONE, M. *Tempo, trabalho de dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RADBRUCH, G. Apresentação: encarceramento em massa: símbolo do Estado Penal. *Revista PUCViva*, São Paulo, v. 11, n. 39, 2010.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SCHOLZ, R. *Sobre o conceito de valor e de valor dissociação*. In: *O sexo do capitalismo: teorias feministas e metamorfose pós-moderna do patriarcado*. [S.l.]: [s.n.], 2000. p. 13-23. Original em alemão. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/roswitha-scholz6.htm>>. Acesso em: 1 jan. 2000.
- SEABRA, O. C. L. *Os meandros dos rios nos meandros do poder*. Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. 1987. Tese (Doutorado)–Departamento de Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 1987.
- TELLES, V. S. Transitando nas linhas de sombra, tecendo as linhas da cidade. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Recebido: 12 dez., 2015
Aceito: 24 jan., 2016